

Só o diálogo salva Carta, diz Arinos

O presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Afonso Arinos, fez ontem uma advertência referindo-se aos trabalhos da Assembleia: «Se não houver negociação, todos nós vamos afundar juntos. «O senador está lançando uma nova palavra-de-ordem: transação para a transição. Ele acha que, se as propostas para a Nova Constituição não forem negociadas agora, na fase de sistematização e o trabalho da Constituinte vai malograr e o país vai mergulhar «numa situação muito grave».

O senador Afonso Arinos retomou contatos políticos ontem, depois de permanecer durante alguns dias no Rio de Janeiro para tratamento de saúde. Ele não viu necessidade de reunir a Comissão de Sistematização ontem, inclusive porque o relator, Bernardo Cabral, viajou a Belo Horizonte para uma conferência, e depois seguiu para o Rio.

Arinos informou que já está estudando os relatórios das comissões temáticas, mas ainda não deseja se manifestar sobre o seu conteúdo. Está mais preocupado com a possibilidade de se repetir, no âmbito da Comissão de Sistematização, os incidentes e desentendimentos que marcaram o trabalho de algumas das comissões. Ele invocou o exemplo da Espanha, que saiu de uma ditadura das mais longas deste século, e que fora antecedida pela guerra civil, para uma constituinte negociada.

Análise os problemas que a Constituinte brasileira vem encontrando e concluiu que está havendo «a superposição de um processo de participação popular, dentro de um processo de representação». Em outras palavras, «a prática da democracia direta num país que não dispõe da necessária estrutura jurídica para isso». Ele acha que, nesse processo, os representantes eleitos pela sociedade — isto é, os constituintes — estão sendo colocados em segundo plano.

Para Afonso Arinos, isso constitui um risco, porque existe a possibilidade de grupos manipularem esse «simulacro de participação popular», fazendo com que ela prevaleça sobre aqueles detentores da verdadeira representatividade da sociedade, «aqueles que foram votados».

Afonso Arinos não sugeriu, nem disse que vai sugerir, mas deixou implícito que a Comissão de Sistematização, para evitar as pressões decorrentes desse processo, poderia vir a trabalhar mais isolada. O senador, porém, não quis entrar em detalhes a esse respeito.

Finalmente, o presidente da Comissão de Sistematização lembrou que as mudanças sociais no Brasil são indispensáveis, mas que elas só serão possíveis pelo caminho da moderação. «O moderado — definiu ele — é o verdadeiro progressista. E se ele não é moderado é radical. De direita ou de esquerda, mas radical».

Deputados do PFL forçam a negociação

Um grupo de parlamentares do PFL, preocupado com o clima de radicalização reinante dentro da Constituinte e com a atitude de confronto adotada pelo líder do partido, José Lourenço, está articulando um movimento para forçar a negociação política e evitar que a próxima Constituição seja aprovada por estreita maioria, desagradando a amplos setores da sociedade.

Hoje às 15 horas, eles se encontram com o senador Marco Maciel (PE), a quem vão pedir que desenvolva um papel mais ativo nas negociações. Na sexta-feira ou no início da semana que vem, eles pretendem conversar com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, defendendo a mesma tese.

Na segunda-feira, na reunião na casa do deputado Lúcio Alcântara (CE) que lançou o movimento, estiveram presentes 14 parlamentares, além do anfitrião: o senador Guilherme Palmeira (AL) e os deputados Pedro Canedo (GO), Atila Lira (PI), Humberto Souto (MG), José Jorge (PE), Saulo Queiroz (MS), José Thomaz Nêno (AL), Edme Tavares (PM), Jaime Santana (MA), Jesus Tajra (PI), Leur Lomanto (BA), Valmir Campelo (DF), Maria de Lourdes Abadia (DF) e Jofran Frejat (DF). O grupo, segundo seus integrantes, já reúne 20 parlamentares e deve dobrar de número nos próximos dias.

Durante o encontro na casa do deputado Lúcio Alcântara, a avaliação foi unânime: a Constituição está ameaçada pela radicalização entre a esquerda e os conservadores, e os parlamentares com posições de centro, desarticulados, não estão conseguindo influir nos trabalhos. Os líderes dos dois principais partidos foram duramente criticados: Covas estaria limitando-se a liderar a esquerda e José Lourenço, convertido num expoente dos setores conservadores. «Só estão jogando o PFL para a direita», lamentou o deputado Lúcio Alcântara. O deputado José Jorge, apesar de admitir que José Lourenço representa o pensamento da maioria da bancada, acha que há uma minoria expressiva no partido que tem o dever de trabalhar por uma Constituição moderna.



Relatores adjuntos começaram a comparar textos

Passarinho entende que a esquerda prevalecerá

O líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), disse ontem que a esquerda, que é maioria na Comissão de Sistematização, deve forçar a aprovação de um anteprojeto de Constituição «progressista», para assegurar os avanços na nova Carta. O senador explicou que as chances do grupo estão na Sistematização, porque as propostas aprovadas na comissão somente poderão ser alteradas pelo plenário da Constituinte, que é na sua maioria de centro, diante de pelo menos 280 votos positivos.

Passarinho assinalou que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), somente indicou como relatores das sub-comissões e das comissões parlamentares do grupo «progressista», garantindo assim a hegemonia da esquerda na Comissão de Sistematização, já que todos eles passarão automaticamente, como prevê o regimento interno da Constituinte, para aquela comissão. Assim, destacou o líder, os progressistas, que não ultrapassam 120 de um total de 559 constituintes, acabaram constituindo-se na maior força dentro da Comissão de Sistematização.

Passarinho assinalou que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), somente indicou como relatores das sub-comissões e das comissões parlamentares do grupo «progressista», garantindo assim a hegemonia da esquerda na Comissão de Sistematização, já que todos eles passarão automaticamente, como prevê o regimento interno da Constituinte, para aquela comissão. Assim, destacou o líder, os progressistas, que não ultrapassam 120 de um total de 559 constituintes, acabaram constituindo-se na maior força dentro da Comissão de Sistematização.

Passarinho assinalou que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), somente indicou como relatores das sub-comissões e das comissões parlamentares do grupo «progressista», garantindo assim a hegemonia da esquerda na Comissão de Sistematização, já que todos eles passarão automaticamente, como prevê o regimento interno da Constituinte, para aquela comissão. Assim, destacou o líder, os progressistas, que não ultrapassam 120 de um total de 559 constituintes, acabaram constituindo-se na maior força dentro da Comissão de Sistematização.

Senador é contra o plebiscito

O senador Jarbas Passarinho manifestou-se contra a proposta, defendida pelos pequenos partidos, de submeter a um plebiscito o texto que vier a ser aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte. Segundo o senador paraense, o «Brasil já escolheu seus constituintes em 15 de novembro, e são estes que estão credenciados pelo voto do povo».

Considerando que a proposta dos pequenos partidos, de levar o texto da Constituição a um referendo popular, «é uma manobra clara de intimidação sobre os constituintes», Passarinho afirmou que o fato de se arremeter a população para pressionar a Assembleia Nacional Constituinte, é uma forma de compensar a posição de minoria que estas forças representam no Congresso. Isto não constitui novidade para quem, como eu, sabe como as esquerdas atuam», frisou.

Oficial presta solidariedade a coronel detido

Salvador — O tenente coronel da reserva remunerada da Aeronáutica, Walquir Seda, publicou ontem no jornal A Tarde, de Salvador, uma carta ao coronel aviador José Agostinho Maciel, do Estado Maior da mesma arma e que está preso em Brasília por ter publicado um artigo criticando o governo, no qual teve duras críticas ao «desgoverno atual, onde predomina incapacidade, incompetência, impopularidade e impatriotismo».

Em linguagem telegráfica, na carta, endereçada ao Ministério da Aeronáutica, Walquir Seda solidariza-se «com o bravo companheiro» e sua «coragem moral» de denunciar o atual governo. «Ausente de autoridade moral administrativa relegando altos interesses públicos em favor de interesses personalísticos. Grupos e facções que vem sangrando impiedosamente o que resta ainda poucos recursos da pobreza e classe média, a fim de cobrir ramos, desacertos da desastrada política econômica-financeira».

Na base aérea de Salvador nada se informou ontem sobre o caso, nem se havia alguma punição prevista para o tenente coronel, mas, segundo se soube, ele será preso. Na casa de Walquir Seda o telefone não atendia e surgiu uma versão de que havia viajado inesperadamente para Recife. Soube-se que Seda é engenheiro e depois de reformado chegou a trabalhar durante quatro meses na Infraero, em Salvador, sendo afastado possivelmente por problemas nervosos.

OAB cria um Comitê para preso político

Recife — Sob a justificativa de que a defesa dos direitos humanos precisa ser continuamente exercitada, a seccional pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil criou o comitê de solidariedade aos presos políticos da Nova República, estabelecendo como meta inicial a luta pela anistia aos seis militantes do PT que, no começo do ano passado, tentaram assaltar uma agência do Banco do Brasil em Salvador, e estão presos aguardando julgamento.

O comitê, que está aberto à participação de todas as entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, aos sindicatos e federações classistas e aos políticos, foi criado oficialmente ontem à noite e, segundo o presidente da comissão de direitos humanos da OAB-PE, Lúcio Flávio Regueira, não aceita dúvidas quanto à qualificação como crime de natureza política a fracassada tentativa de assalto ao Banco do Brasil de Salvador.

OAB cria um Comitê para preso político

O comitê nasceu de contatos mantidos entre o diretório regional do PT e os conselheiros da OAB. «A preocupação principal, além de ser a garantia dos direitos dos presos, é encontrar meios de definir o que é preso político na nova República» — explica a advogada Nadeje Domingues, conselheira da OAB.

Os presos políticos que o comitê da OAB tentará defender são Antônio Prestes de Paul, José Wallington Pinto, Diógenes Telson Crescêncio, Marcos Wilson Reale Lemos, Jari José Evangelista e Cicero Araújo.

Grupo admite rompimento com partido

Pelo menos 30 deputados poderão deixar brevemente o PMDB, criando uma nova legenda, caso o partido, como um todo, não assuma posições «mais avançadas» na Constituinte e não entre na luta pela eleição presidencial no próximo ano. Essa hipótese de rompimento com o PMDB foi admitida ontem por vários deputados, dois dos quais — Ademir Andrade, do Pará, e Raquel Capiberibe, do Amapá — anunciaram a disposição de optar pelo PSB, alternativa também cogitada pelo deputado maranhense Haroldo Saboia.

Segundo o deputado baiano Uldorico Pinto, a criação do novo partido é ideia que vem crescendo dentro do grupo de esquerda do PMDB formado principalmente por parlamentares de primeiro mandato — que vem se reunindo há três meses. Esse grupo — acrescentou — agirá de forma homogênea, e não com soluções individuais. Seus integrantes só trocariam o PMDB por uma nova legenda depois de esgotadas as tentativas que vêm sendo feitas — inclusive pelo líder Mário Covas — no sentido de restabelecer a fidelidade do partido ao seu programa e aos compromissos assumidos em praça pública.

No início do mês, por ocasião da posse do ex-ministro Dante de Oliveira na prefeitura de Cuiabá, esse grupo emitiu um documento — assinado por 24 deputados — defendendo a eleição do presidente da República em 1988 e denunciando o controle do PMDB e do governo pelas forças «conservadoras». Agora, os signatários de tal documento consideram que a convenção peemedebista convocada para os dias 18 e 19 de julho será um marco decisivo para a unidade ou esfacelamento do partido.

Essa é também a visão do deputado capixaba Nelson Aguiar que não integra o grupo mas que também reage à inclinação «conservadora» do partido. Ele afirmou ontem que tende «a seguir Leonel Brizola», prevendo que, na Convenção do próximo mês, a corrente «progressista» do PMDB sairá derrotada, criando, com isso, um «racha».

Ademir Andrade explicou que já está organizando diretórios do PSB em 15 municípios do Sul do Pará porque, nessa região, o PMDB está dominado «por latifundiários e comerciantes, fato que, a seu ver, tende a inviabilizar a participação das forças «progressistas» nas eleições no próximo ano. A nível nacional, Ademir Andrade acredita que até 40 deputados poderão deixar o PMDB, «se o partido continuar dominado pelo imobilismo e pelos conservadores».

O ideal, para Ademir Andrade, seria que o rompimento com o PMDB fosse liderado pelo senador paulista Mário Covas, devido à expressão nacional que ele alcançou nos últimos meses, desde que assumiu a liderança do partido na Constituinte.

O deputado mato-grossense Antero de Barros lamentou as «soluções pessoais», afirmando ser preferível ainda «lutar dentro do partido».

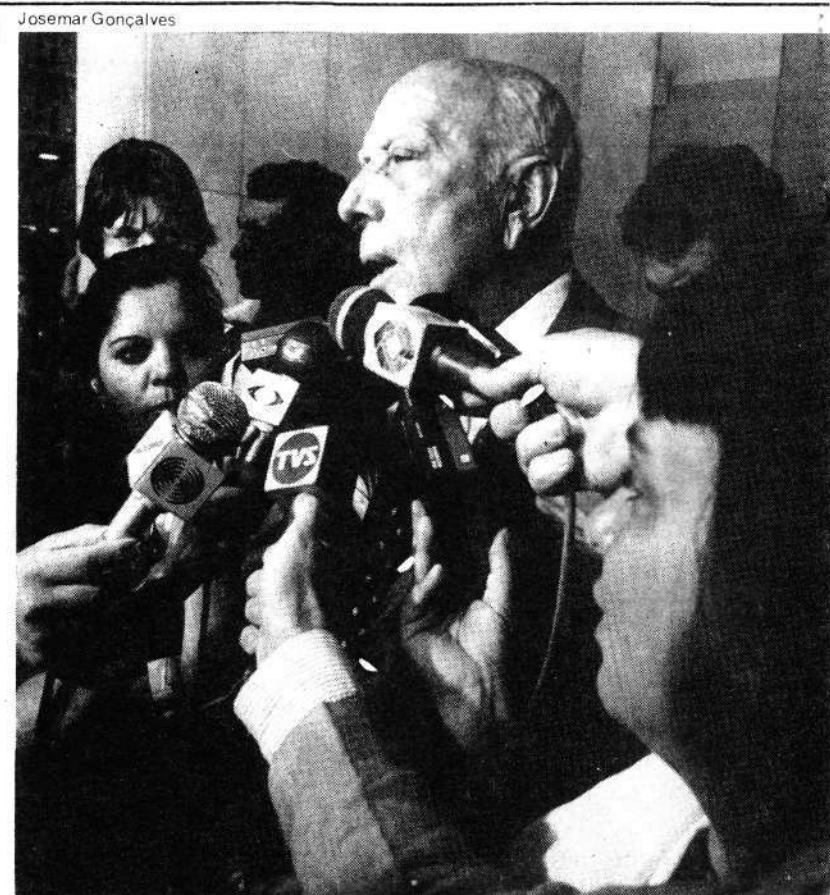
Razão da ameaça é temor às eleições

Sob a fachada da luta por uma Constituinte mais receptiva aos anseios populares, há outras motivações para essa ameaça de criação de um novo partido, e uma delas foi assumida, de maneira clara, pelo paraense Ademir Andrade: a preocupação com a próxima eleição municipal de 1988, associada com o desgaste que o PMDB vem sofrendo nas suas bases desde a falência do Plano Cruzado. Num prazo mais longo, alguns peemedebistas já estão preocupados com a própria reeleição, no pleito de 1990. Mas, em certos casos, a ameaça de rompimento com o PMDB é apenas uma forma de pressionar a cúpula partidária, no sentido de que ela absorva as posições progressistas não só na Constituinte, mas também na sua atuação junto ao governo.

De maneira mais explícita, a preocupação com a eleição municipal foi revelada por um grupo de oito vereadores paraenses que esteve ontem com o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, para entregar-lhe um documento em defesa da eleição presidencial no próximo ano. Um dos vereadores, Olímpio de Moura, do município de Catanduvas, admitiu a possibilidade de deixar o partido, afirmando que as posições assumidas pelo PMDB a nível nacional deixam as bases «envergonhadas», e os detentores de mandatos sujeitos a «xingamentos» na rua.



Raquel pode optar pelo PSB



Ulysses quer levar ministros à Convenção

Pauta da convenção poderá conduzir à divisão no PMDB

A Executiva Nacional do PMDB formaliza hoje a convocação da Convenção Nacional do partido para os dias 18 e 19 de julho, já acertada entre as correntes políticas lideradas pelo deputado Ulysses Guimarães e pelo senador Mário Covas. Mas ainda há divergências quanto à organização da Convenção: Ulysses quer promover pelo menos um painel com ministros econômicos do partido, para que defendam a política do Governo. Seus adversários não concordam: querem a discussão econômica travada entre os convençãois, que fariam o debate e não apenas assistiriam a palestras de ministros.

Outro ponto que pode provocar discussões na Executiva é a pauta da Convenção. No entendimento entre Covas e Ulysses três pontos ficaram definidos: 1) o partido e a Constituição; 2) a conjuntura sócio-econômica; 3) regime de Governo e mandato presidencial. Mas, Ulysses, com o respaldo do bloco governista do partido, gostaria de alterar o último ponto, retirando o caráter explícito de discussão do mandato de Sarney.

As duas correntes fizeram um acordo, provocado pelo

Conservador vê ilegitimidade

Andrei Meireles

Os 718 convençãois do PMDB com direito a 875 votos têm a competência legal de fixar diretrizes partidárias, mas desde a queda da fidelidade partidária nenhum poder para impô-las. Eles vão se reunir nos dias 18 e 19 de julho para, entre outras deliberações, tomar uma posição sobre a duração do mandato do presidente José Sarney. Desde já, contudo, estão sendo questionados. O deputado Roberto Cardoso Alves, integrante da Executiva Nacional do PMDB e um dos líderes dos conservadores do partido, alega que eles não têm legitimidade, pois tiveram seus mandatos prorrogados. O argumento é impreciso: os convençãois foram eleitos em 26 de janeiro do ano passado para um mandato até o final deste ano. Só então haverá a prorrogação.

Vinte e seis delegações de Estados, Territórios e do Distrito Federal formam a Convenção, mas as seis maiores detêm juntas mais da metade dos votos. São elas: São Paulo (109); Minas Gerais (104); Paraná (83); Bahia (55); Rio Grande do Sul (52); e Rio de Janeiro (49). Elas somam 452 votos contra os 423 das outras vinte delegações. Logo a seguir vem Pernambuco com 46 e Goiás com 45 votos.

A maioria da Convenção é for-

Sarney será apoiado se mudar, afirma deputado

Belo Horizonte — O 1º secretário da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), afirmou ontem que, caso o presidente Sarney se disponha a negociar com os partidos políticos as reformas administrativas e tributária e a implantação do parlamentarismo no país, obterá apoio para permanecer cinco anos no governo. «Caso contrário, correrá o risco de entrar para a história como o presidente que não compreendeu o seu papel na transição democrática».

Segundo Marcelo Cordeiro, favorável a tal entendimento que considera necessário para «consolidar a transição democrática», admitiu que se o presidente se recusar «a incluir em seus projetos os que as forças políticas consideram necessários, então seu mandato terá que ser de quatro anos». Disse ainda que a adoção do parlamentarismo em março — como quer em seu relatório o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) — ou a partir do próximo governo dependerá da negociação entre o presidente e os partidos.

«O presidente tem todo o direito de omitir sua opinião sobre seu

Ulysses nega pacto em troca de cargo

«Se tivesse de fazer pacto, não faria com diabo, mas com Deus, que tem me ajudado», foi a reação do deputado Ulysses Guimarães, quando lhe perguntaram se havia feito acordo com o presidente Sarney — defenderia mandato de cinco anos para ser indicado primeiro-ministro, se aprovado o parlamentarismo.

Respondendo às perguntas bem humorado, o presidente da Assembleia Constituinte acrescentou que quem inventou a história é quem deve ter feito o pacto com o diabo: «Eu não fiz. Não sou maluco». E acrescentou: «O meu pacto é o constitucional, por uma moderna constituição».

requerimento de convocação da convenção do deputado Maurício Fruet, porém estão longe de um entendimento. Ambos os lados se preparam para medir forças na Convenção.

Conservador vê ilegitimidade

mada pelos parlamentares. São 304, com muitos deputados e senadores com mais de um voto. O recordeista é o senador Fernando Henrique Cardoso com quatro votos: ele é parlamentar, delegado à Convenção, membro do Diretório Nacional e líder do partido no Senado.

Os partidários de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney apostam na influência dos governadores sobre os convençãois para vencer a disputa na Convenção. Mas reconhecem que essa influência é maior justamente nos Estados e Territórios com menor número de votos. Nos grandes colégios eleitorais, o resultado é imprevisível. Em São Paulo e no Paraná, por exemplo, duas das três maiores delegações — os convençãois, em sua maioria, já se posicionaram a favor de um mandato de quatro anos, apesar de os governadores Orestes Quêrcia e Alvaro Dias estarem fechados com Sarney.

Nas convenções anteriores, as disputas dentro do partido foram antecipadamente resolvidas em composições de bastidores antes de sua realização. Esta será a primeira em que o partido comparece literalmente dividido, com suas duas correntes disputando acirradamente a hegemonia no PMDB. E o divisor de águas é a duração do mandato de Sarney.

Sarney será apoiado se mudar, afirma deputado

mandato e participar do debate político nacional, mas ele está consciente de que a Constituinte é soberana para decidir», disse Marcelo Cordeiro, que critica a proposta da redução do mandato para quatro anos, por «nunca ter trazido, preso a ela, um argumento sequer».

A definição do mandato presidencial, segundo o 1º secretário da Constituinte, dependerá da revisão das alianças políticas e da disposição dos partidos de continuarem apoiando o governo. Ele acredita que a transição só estará completa depois que for desmontada «a máquina administrativa burocrática, autoritária, corrupta e corrompida deixada pelos militares», promovida a reforma tributária — «que é satisfatória, no relatório do deputado José Serra» — e implantado o parlamentarismo e «outras instituições novas, que estão sendo criadas pela Assembleia Nacional Constituinte». Marcelo Cordeiro criticou os confrontos entre «progressistas» e «conservadores» na Assembleia Nacional Constituinte, assinalando não ser capaz de entender «como uma Constituição possa ser produto de confrontação».